



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

SEMINÁRIO SOBRE

O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019

18 de Outubro de 2018, 15h30 horas
Auditório da AESE Business School

Discurso final

Começo por agradecer à AESE na pessoa do seu Presidente Eng. José Ramalho Fontes a boa e já longa parceria nos seminários sobre o Orçamento de Estado, bem como a colaboração de oradores prestigiados e de um número alargado de patrocinadores.

O Orçamento de Estado para 2019 é mais um passo na linha dos anteriores para a redução do deficit das contas públicas. Ninguém pode deixar de concordar que isso é positivo, até porque se receava pior.

Com o efeito que a recuperação da economia portuguesa teve e tem nas contas públicas, aumentando as receitas de IRS, IRC e IVA, fazendo as receitas fiscais subir acima da taxa de crescimento do PIB e diminuindo os encargos com o desemprego teria até sido possível, já em 2018 e por maioria de razão em 2019, ter um superavit. Razões de prudência e boa gestão aconselhariam também a que se tivesse acelerado o pagamento da elevadíssima dívida pública, reduzindo assim uma das maiores debilidades de Portugal face a riscos externos e à impossibilidade de poder considerar como permanentes as condições conjunturais únicas que vivemos nos últimos anos. Baixa cotação do

Euro e dos preços da energia, política acomodaticia do BCE e baixíssimo nível das taxas de juro aliados ao crescimento da economia mundial, europeia e espanhola foram ajuda decisiva na recuperação da queda da economia após o ajustamento a que más políticas públicas anteriores nos obrigaram. O turismo e a recuperação do imobiliário, na sequência do aumento do terrorismo no Mediterrâneo Oriental foram outro factor positivo não previsto. O que será a única explicação para ter sido considerado oportuno reduzir o IVA na restauração no início do maior *boom* que o sector alguma vez registou.

Mas para além do deficit parece-me mais importante, analisando não só o orçamento de 2019 mas toda a política orçamental da legislatura, salientar o seguinte:

1. É constante o aumento do peso das receitas fiscais. No que toca às empresas a evolução é globalmente negativa através da manutenção de uma taxa de IRC que se tem tornado cada vez menos competitiva face a outros destinos de investimento directo estrangeiro e ao efeito que a baixa de impostos nos EUA terá no panorama global das taxas de imposto, para que todos os investidores olham com atenção.

Os aumentos das tributações autónomas contribuem para desvirtuar a tributação pelo lucro, o que dificulta o cálculo económico dos projetos. E as contribuições extraordinárias vão-se tornando permanentes.

2. A devolução da sobretaxa de IRS não nos trouxe para um nível de tributação que não seja tão desmotivador, logo a partir dos escalões mais baixos, e que assegure salários líquidos mais equiparados em paridade de poder de compra com os nossos vizinhos obriga as empresas a pagar salários mais elevados sem que esse esforço se veja no fim do mês.

Adicionalmente, as exageradas taxas de retenção na fonte dos empregados e dos prestadores de serviço constituem um empréstimo forçado ao Estado e induzem a uma subavaliação das remunerações reais o que não é bom para o clima social.

3. Ao longo dos últimos anos as sucessivas alterações da dedução de prejuízos fiscais anteriores, no sentido da sua redução, dificultaram ainda mais a recuperação da crise para muitas empresas muito descapitalizadas e que precisariam de mais anos para recuperar os seus balanços.

4. O que acima se refere – o efeito asfixiante da carga fiscal sobre tudo o que cresce, só poderá ser resolvido com um programa consequente e longo de redução da despesa pública e pelo abandono da utopia de que o Estado tudo tributa e tudo fornece a cidadão desprovidos de escolha e vontade próprias.

Mesmo nesse paradigma socialista o aumento da despesa pública poderia e deveria ter sido mais moderado e repartido de forma diferente.

É sabido que o aumento do salário médio da função pública face ao sector privado é um desincentivo ao emprego, dificuldade sentida em quase todos os sectores, e também não tem contribuído para a melhoria das remunerações dos quadros técnicos e superiores da administração pública, impossibilitando a contratação de funcionários mais qualificados e a melhoria da produtividade e eficiência da administração.

5. A política de cativações torna muito difícil a antevisão da política orçamental efectiva e acentua um problema já recorrente de as contas do Estado divergirem dos orçamentos aprovados.

Atrasou-se mais um ano a integração das regras do Tratado Orçamental da UE na elaboração do nosso Orçamento, o que tornaria a vida financeira do Estado mais escrutinável.

E não sabemos se se vai verificar alguma redução do excessivo prazo de pagamento do Estado aos fornecedores.

É natural que com o peso que o Estado tem na economia o debate do Orçamento concentre tanto as atenções mas faltam mecanismos e indicadores que permitam medir a eficiência da despesa, o que verdadeiramente importa, face a uma

convicção perniciososa que se tem vindo a enraizar de que a medida da bondade orçamental é um nível elevado de despesa, seja em que sector for.

Os orçamentos têm refletido uma política geral que não dá importância adequada às políticas empresariais, não reconhecendo nem o papel essencial que as empresas tiveram na recuperação da crise, nem o papel insubstituível que deveriam ter num crescimento mais rápido e mais sustentável, num emprego mais estável e melhor remunerado e na preparação para um futuro em aceleração permanente.

Esta política geral fez com que os níveis de investimento não tenham sido sequer suficientes para repor as amortizações do capital produtivo e temos neste baixo investimento a grande justificação para o mau andamento da produtividade e, como consequência, da competitividade externa.

Se é certo que as contas públicas mais equilibradas nos preparam melhor para períodos mais difíceis, o aumento da rigidez das despesas a que temos assistido e que se reforçará em 2019 com o crescimento do número de funcionários, em parte justificado pela incompreensível redução dos horários para as 35 horas, levam-nos a uma maior preocupação com fases menos positivas do enquadramento externo.

Tudo isto – mau andamento da produtividade, maior rigidez das despesas públicas, tornam ainda mais urgente a adopção de uma verdadeira política de crescimento, de que não ouvimos uma única declaração nos últimos anos, nem referir como objectivo fundamental neste orçamento. Que nem sequer refere as consequências orçamentais importantes da redução da taxa de crescimento para 2,2%, aliás bem mais optimista do que os 1,8 previstos pelo FMI, nem apela a medidas de política económica para atingir esse crescimento, não muito grande mas essencial para o equilíbrio orçamental!

Se é certo, mesmo que não seja assumido, que a sobre-tributação do IRS em 2018 e a sua redução em 2019 conjugados com a devolução a fazer no Verão originarão com certeza um forte aumento do consumo privado até às eleições, fica bem

evidenciado como um maior crescimento ajudaria as Finanças Públicas e o bem-estar dos cidadãos e das empresas.

E era e é possível. O crescimento das exportações dos últimos anos, levando-as a representar 40% do PIB, mostra o caminho certo para uma economia aberta com a nossa dimensão.

De 2014 a 2018 a Espanha cresceu em média anual mais 1 por cento do que Portugal. Sabemos que têm taxas de juro e de impostos mais baixos do que nós, que têm maior apoio de políticas públicas, energia mais barata e uma base de custos mais baixa devido a um ambiente mais concorrencial do que o nosso.

Mas isso só nos pode tornar mais exigentes, pois que precisamos absolutamente, até como salvaguarda da nossa independência económica, de crescer mais do que a Espanha.

Se comparamos as condições com que os exportadores funcionam em Espanha com as nossas ficamos chocados.

Todos os financiamentos à exportação são tributados em Portugal a 4% em imposto de selo e em 23% de IVA nos serviços financeiros contra 0% de selo e 21% de IVA em Espanha.

Já que o Orçamento prevê aumentar em 1,8% o crédito ao consumo é de exigir que anule o imposto de selo no financiamento das exportações e nas garantias necessárias.

Mais do que outras alterações tributárias igualmente importantes já solicitadas pelas organizações empresariais e que apoiamos, preferimos concentrar-nos num único ponto, de importância estrutural para o futuro da nossa economia – contribuir para a criação de um forte sector industrial e de serviços, competitivo internacionalmente, integrando quadros e tecnologias avançadas e preparado para o futuro.

Pedro Ferraz da Costa

Presidente do Conselho Directivo